

UNIVERSIDADE SANTO AMARO
O FENÔMENO DA URBANIZAÇÃO DAS CIDADES SOB A ÓTICA DA
INDUSTRIALIZAÇÃO

SOUSA, Paulo Renato da Silva¹

DE ALMEIDA, Fábio Fetz²

RESUMO

O processo de urbanização das cidades é um fenômeno curioso e que desperta, do ponto de vista geográfico, uma série de questionamentos que merecem ser respondidos. Neste trabalho, explicamos como se deu o crescimento das grandes cidades, tal como a conhecemos hoje, a partir do fenômeno intitulado de urbanização, e de que modo a urbanização foi potencializada pelo processo de industrialização nacional, que se deu na década de 40, o que tornou nítido o fenômeno do êxodo rural, a debandada da população do campo para a cidade em busca de atender a demanda por mão-de-obra que emergia de maneira urgente. A partir desse cenário, outros fatores foram sendo desenhados no contexto geográfico, como o êxodo rural, a revolução industrial e o capitalismo, todos trazidos aqui e explicitados. Os resultados demonstram que a urbanização trouxe benefícios, como a garantia a direitos básicos e fundamentais, tais como saúde, educação e moradia, instituídas através de políticas públicas e iniciativas de gestão para que se tivesse um controle das cidades em maior tamanho que ora passavam a surgir nacionalmente, mas que também amarga uma série de questões problemáticas, que se revelam como uma questão social amplamente discutida em busca de uma solução, como a questão da desigualdade e do preconceito, a falta de renda básica e também a violência. O método utilizado para a busca dos resultados foi a pesquisa bibliográfica e também a exploratória.

Palavra-chave: Urbanização; Cidades; Industrialização

ABSTRACT

The urbanization process of the cities is a curious phenomenon and that arouses, from the geographical point of view, a series of questions that deserve to be answered. In this work, we explain how the growth of large cities took place, as we know it today, from the phenomenon called urbanization, and how urbanization was enhanced by the process of national industrialization, which took place in the 1940s,

¹ Aluno do curso de licenciatura em Geografia EaD pela Universidade Santo Amaro.
Paulosilva.00123@gmail.com

² Professor mestre em História, Política, Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP (2009). Orientador pela Universidade Santo Amaro.

the that made the phenomenon of the rural exodus, the flight of the rural population to the city in search of meeting the demand for labor that emerged in an urgent way clear. From this scenario, other factors were being drawn in the geographical context, such as the rural exodus, the industrial revolution and capitalism, all brought here and made explicit. The results demonstrate that urbanization has brought benefits, such as the guarantee of basic and fundamental rights, such as health, education and housing, instituted through public policies and management initiatives so that there would be a control of the cities in a larger size that now became emerge nationally, but which also bitter a series of problematic issues, which reveal themselves as a social issue widely discussed in search of a solution, such as the issue of inequality and prejudice, the lack of basic income and also violence. The method used to search for the results was bibliographic and also exploratory research.

Keyword: Urbanization; Cities; Industrialization

1. INTRODUÇÃO

Nenhuma cidade nasceu grande. Nem mesmo Brasília, hoje a capital Federal, foi desde o seu princípio, como a vemos hoje pela TV. Talvez, na atualidade, essa diferença esteja um pouco menor. O processo de municipalização das cidades faz algumas delas já nascerem no papel com um grande volume de projetos e iniciativas, mas ainda assim, a literatura ainda aponta que isso é um feito raro.

Ter cidades grandes sempre foi um fenômeno possibilitado pelo processo de urbanização. É graças a ele que as cidades se desenvolvem, gerando emprego e renda, força econômica, indústria, meios de educação, fontes de atendimento na área da saúde entre outros fatores. Ao entrarmos no século XX, assistimos a esse processo ficar ainda mais forte e perceptível, alterando a rotina do homem enquanto personagem deste teatro, o transferindo do campo e da serra, para as cidades onde encontraria meios de ter uma vida melhor.

Esse fenômeno que surgiu através da urbanização, foi batizado de êxodo rural. Entre os séculos XVI e XIX, a população brasileira se concentrava muito mais no sertão, pois era no campo que se encontrava mais facilmente a fonte de renda e o alimento para a família. O que primeiro tornou viva a vida no campo foi a cultura da cana-de-açúcar, uma atividades que anos mais tarde seria substituída pela exploração dos campos de minério, uma atividade que foi ainda mais presente onde

antes já se havia uma concentração maior de pessoas, lugares que ficaram conhecidos como vilarejos.

Da mineração para o café, assistimos a mais uma migração de meios para impulsionar a economia. Hoje, a atividade do café, a exemplo da mineração, é uma fonte de negócios entre grandes indústrias, resumida a atividade do ramo empresarial. Com a chegada do Século XX o café sai de cena e ocorre o desenvolvimento da industrialização e isso possibilitou o redesenho da urbe do País.

Pórem, nem tudo é vantagem nessa história: a vinda do homem do campo para a cidade, para atender a uma alta demanda que surgia, fez com que o processo de urbanização do Brasil esbarrasse em problemas como o desenfreio do crescimento populacional, ocorrido às pressas e sem qualquer organização, justamente no período de industrialização do País, no qual o comércio cresceu fortemente e a oferta de serviços se tornou um dos pontos altos deste fenômeno.

De tão atraente que era sair do campo para ter emprego nas cidades que cresciam com a urbanização, ocorreu que as médias cidades também passaram a se tornar atrativas, e assistimos ao fenômeno da concentração regional, quando se troca a vida da capital pela vida nas cidades de médio porte, onde também existiam a oferta de emprego a partir da industrialização que também começava a chegar naqueles lugares.

O que trouxe (e ainda hoje é motivo de) mais preocupação no processo de industrialização foi a tomada desordenada da urbe. Repleta de habitantes, as cidades passaram a ser palco de grandes construções, muitas delas feitas por quem possuía apenas o mínimo de recursos, fazendo com que espaços perigosos e que não ofereciam o mínimo de infraestrutura, também fossem tomados por famílias que buscavam, a qualquer custo, construir uma casa onde pudesse se abrigar com a família (grande, diga-se).

Essa tentativa de buscar dignidade abriu espaço para um lado amargo provocado pela tomada das cidades com o processo de industrialização: sem infraestrutura e desprovida de investimentos para se fazer uma cidade mais

organizada, assistimos ao surgimento de gente que começou a viver debaixo de pontes e viadutos, comendo o que havia no lixo, e sobrevivendo com retalhos que se encontravam na rua. A desigualdade social emergia, trazendo com ela o aumento da criminalidade, o desemprego, ao mesmo tempo em que para aqueles que gozavam de mais condições, a valorização dos imóveis se tornou forte e áreas antes sem nada, foram se tornando nobres.

Hoje, nem sempre o combate a esses problemas é eficaz e parece não haver mais força o suficiente que traga uma solução plausível para tanto. No entanto, faz-se necessário ser justo com a literatura geográfica que mostra, no emergir destes problemas, uma preocupação com o uso até então desenfreado do solo. Isso ocasionou a criação de diretrizes de ordem constitucional que passou a oferecer meios por meio dos quais fosse possível construir uma boa gestão urbana, administrando as cidades com todos os recursos que dela poderiam ser extraídos.

Um exemplo disso, pode ser encontrado na Constituição onde, de acordo com Brasil (1988), fora criado um plano diretor para as cidades com população que excedesse a margem dos 20 mil habitantes, buscando tangenciar questões de ordem ambiental, institucional, social, além de questões como mobilidade urbana, segurança, empreendedorismo, economia urbana, entre outros.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 HISTÓRICO DA URBANIZAÇÃO E ÊXODO RURAL

Nos primórdios do processo civilizatório, o homem, ainda em processo de evolução enquanto ser pensante buscava sempre se manter em grupos, numa estratégia em prol de sua segurança. Registros também denotam que nós tínhamos o hábito de cultivar os nossos antepassados mesmo após mortos, uma ação responsável pela criação do hábito de se aglomerar em uma grande quantidade. Reunidas ali, essas pessoas passavam não apenas a se manterem reunidas como viviam em grupo, e foram desenvolvendo práticas do meio rural, como a agropecuária e a pecuária.

Coulanges (1975) estudou a fundo estes hábitos. O autor, sobre essa ideia, fornece a seguinte concepção:

A religiosidade é um fator de concentração do homem com a sociedade quando ao analisar a cidade antiga, deixou manifesta a presença da religiosidade como mecanismo aglutinador da sociedade (Pág. 116)

A partir do costume religioso de se reunir em grupo, num claro fomento à atividade rural aliado as questões de segurança própria, o homem, na época, fazia com que essas reuniões denotassem o aumento existente da população, de maneira muito especial pela multiplicação com o surgimento de tribos e aldeias. Logo, temos que as aldeias formadas a partir de um costume pontual a partir da morte de alguém, foi o início do fenômeno que conhecemos como processo de urbanização. As aldeias impulsionaram a latente necessidade que se fazia de ter cidades onde fosse possível viver em grupo e em sociedade.

No período feudal, da Idade Média, encontramos um desenho ainda mais bem elaborado do que entendemos como o processo da criação das primeiras cidades. Naquela época, conforme Fernandes (1984), uma carta que era escrita pelo Rei do império concedia autorização para as chamadas comunas ter sua própria autonomia para funcionamento. Uma autonomia que, volta e meia, se entrelaçava com a disputa incessante de poder ter liberdade para conceber os próprios negócios, já que os senhores do feudo se tornaram uma pedra no caminho dos moradores das comunas.

Enfrentando as dificuldades que existiam naquela período, as pessoas formavam grupos em torno dos castelos onde comercializavam em troca de feudos, produtos e bens. Essa prática de "feira livre" agregou um aspecto econômico, o que embora fosse fruto de um pensamento avançado como estratégia para a sobrevivência das comunas, trouxe inúmeros conflitos e gerou problemas.

Fernandes (1984) registra que:

Este espaço em que antes de habitava, era marcado pela sua diversidade e conflito, quando dizemos que o território compreendido

pela diferencialidade pode ser utilizado para a compreensão das diversidades e das conflitualidades das disputas territoriais. (Pág. 198)

No Brasil, a formação do que podemos aplicar o conceito de cidades foi motivado pelo interesse dos portugueses, que após chegarem aqui, passaram a atuar para defender o território que já povoavam. As Vilas de São Vicente e onde hoje atualmente é a cidade de São Paulo (antiga Piratininga), foi onde se registrou as primeiras aglomerações de pessoas que viviam em grupos. A corte logo despertou o olhar para aquela situação e fundou as primeiras vilas para povoar o território e, mais tarde, viabilizar o processo de colonização e de cultura da cana-de-açúcar, tornando-a uma atividade econômica para o mercado exterior.

Foi justamente através dessa ideia dos portugueses, que assistimos ao que atualmente, podemos considerar como o primeiro processo de urbanização movido pelo processo econômico. Desde a chegada da corte no território brasileiro, o Brasil começou a assistir a uma forte e crescente dinâmica da cultura da cana-de-açúcar como meio de negócio. Aliado a este processo, também surgiram o café e o minério, influenciado pela necessidade de explorar novas terras em prol de um lucro mais rápido. Essa ação tornou o Brasil um País de cultura agrária, ainda no início da década de 40. Destaque para a forte cultura de exportação do café.

Esses negócios, que se iniciaram com aquele primeiro povoado que já existia na cidade fazendo os portugueses criarem as primeiras vilas, chamou a atenção de quem estava ainda no campo e que almejava uma renda melhor para a família e uma vida um pouco mais digna, na cidade grande. Esse anseio se deu de forma quase que espontânea e simultânea no povo brasileiro naquele período, fazendo surgir o fenômeno que conhecemos como êxodo rural, fazendo surgir o fenômeno da urbanização.

O êxodo ocorreu em função da Revolução Industrial que o Brasil começava a produzir. Sobre este assunto, Silva (2014) acrescenta que o processo de urbanização se espalhou de maneira geral de uma forma desproporcional e desigual entre vários países. Ele constata isso ao afirmar que:

Durante o século XX, o processo de urbanização se generalizou, espalhando-se por toda a superfície do planeta. Vale lembrar que até meados deste século o fenômeno da urbanização era lento e circunscrito aos países que primeiro se industrializaram, os chamados países desenvolvidos. Nos países em desenvolvimento, a urbanização se intensificou a partir de 1950, graças ao crescimento da industrialização (Pág. 21)

Logo se percebe que um efeito dominó foi gerado. O processo econômico gerou o fenômeno do êxodo rural, que impulsionou a economia, fazendo emergir o fenômeno de urbanização. Adiante, todos estes processos oportunizaram o surgimento da Revolução Industrial, aumentando ainda mais o número de pessoas, tomando de conta do espaço urbano de forma desenfreada, gerando grandes aglomerações populacionais no Brasil todo, para que se pudesse haver mão-de-obra o suficiente para dar conta da demanda econômica que emergia nas empresas que surgiam.

Vários foram os fatores que surgiam, tornando a necessidade de mais pessoas na cidade, fortalecendo o fenômeno do êxodo rural, como atividades que fosse executada com o auxílio de máquinas operadas e não apenas com mãos humanas, em função da alta demanda que já se apresentava naquela época. O enfraquecimento da economia rural, com um estilo de vida ainda mais precário no campo, aliado à instabilidade no trabalho do meio rural, pode ser um dos fenômenos destacados.

Isso foi ainda mais destacado na região sudeste. Em busca de uma oportunidade que existia quase que certa nessa região, vários trabalhadores da região Norte e Nordeste invadiram São Paulo e Rio para poder encontrar uma chance de emprego.

Com a força gerada pela revolução industrial, até mesmo o campo foi perdendo espaço para os meios de agropecuária mecanizada. Isso tornou dispensável a mão-de-obra de quem antes tirava deste método o seu próprio sustento. Os empregados rurais foram, aos poucos, sendo substituídos por máquinas, e na busca de uma oportunidade na cidade, se concentravam nos locais

mais baratos de se viver, mas que ao mesmo tempo, ofereciam pouca infraestrutura adequada à sobrevivência humana.

Esse processo de modernização, conforme Da Silva (1996) é visto como:

O processo de transformação na base técnica da produção agropecuária no pós-guerra a partir das importações de tratores e fertilizantes num esforço de aumentar a produtividade (Pág. 19)

Esse conjunto de fatores, como transformação do espaço rural, o êxodo e a Revolução que se formaram conseqüentemente, tornou vivo o fenômeno da urbanização das cidades, o que foi o principal responsável pelo surgimento de uma questão delicada e que muito se vê até hoje: o crescimento desordenado. Sem nenhum planejamento ou, mesmo que queira, mas sem ter tempo suficiente, as cidades crescem e tornam a vida das pessoas ainda mais difícil.

Santos (1998, Pág. 58) mostram que "quanto mais intensa é a divisão do trabalho numa área, tanto mais cidades surgem e tanto mais diferentes são uma das outras". Não se torna difícil, por tanto, notar que as transformações pela qual passaram as cidades, tanto no seu conceito teórico, quanto a sua formação na prática, decorrentes do crescimento populacional e forçados pela revolução industrial, trouxeram problemas que foram se tornando forte o suficiente para que fosse difícil contorná-los.

2.2 O SURGIMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ORDENAR O CRESCIMENTO URBANO

Com o ritmo crescente das cidades em função do sistema capitalista, foi se tornando mais presente a preocupação com a ocupação urbana, razão pela qual, logo surgiram várias tratativas de ordem constitucional que ajudaram a criar o conceito de ciência da gestão urbana, organizando o espaço onde se possa viver com os meios disponíveis, oferecidos com rigorosa administração.

Isso, como constatado anteriormente, se tornou uma necessidade pois o êxodo rural, que foi ocasionado pelo que antes se enxergava ser uma oportunidade de melhoria de vida, acabou por promover desastrosa desorganização de ordem

econômica e social, como o surgimento de bairros pobres, carentes de infraestrutura e políticas públicas e sociais, além do fenômeno da insegurança com as invasões, a tomada de espaços de forma clandestina, construções que desrespeitam os limites e as leis das cidades onde elas acontecem, e, principalmente, o desemprego, gerado pela grande mão-de-obra que passava a existir.

Foi apenas com a criação do sistema constituinte, surgido com o documento da Constituição Federal, datado de 1988, que o Brasil passou a ordenar de maneira mais prática e eficiente o desenvolvimento das habilidades e das potencialidades de uma cidade. O que nela tinha a ser seguido, possibilitava um sistema organizado de convivência na grande cidade, garantindo o bem estar pleno dos moradores e habitantes, por meio da criação do Plano Diretor para as cidades que tinham a quantia igual ou superior de 20 mil habitantes, abrangendo questões de ordem ambiental, institucional, social, mobilidade, urbanismo e economia.

Cabe destacar, dentro dos significativos avanços criados em forma de lei que pudessem trazer um meio de vida mais organizado nas cidades, a criação no ano de 2001 do Estatuto da Cidade, um documento concebido por meio da Lei Federal nº 10.257 e regulamentado pelos artigos da Constituição Federal. Esse Estatuto trouxe parâmetros que discorriam sobre reforma urbana, gestão democrática, cooperação governamental na cidade além de meio de planejar, criar e desenvolver um estilo urbano mais sustentável possível, o que nos dias de hoje, se tornou uma necessidade emergente.

Sobre estes pontos, Silva (2001) colabora, fornecendo que:

As cidades se preparavam para receber as indústrias investindo em infraestrutura, energia elétrica, meios de comunicação e transporte, incentivos fiscais, contudo não se investia na produção de um espaço urbano mais humano e equânime. Ao contrário, a política desenvolvimentista atraía cada vez mais mão de obra, formadora da reserva de mercado e oferecia pouca comodidade – serviços urbanos (Pág. 24)

Ainda sobre essa questão, Villaça (2001) colabora fornecendo uma visão ainda mais profunda sobre o assunto, afirmando que:

A mudança de governo com a chegada de um novo partido ao poder, pode significar o abandono do Plano Diretor elaborado pela gestão anterior, ou ainda, a mudança das gerências encarregadas de implantá-lo, pois são cargos de confiança, geralmente comissionados, e nem sempre ocupados por profissionais qualificados para a função. A ausência de um planejamento prévio torna o governo municipal refém dos problemas da cidade, sempre correndo atrás de questões isoladas (transporte coletivo, tráfego urbano, transporte escolar, saúde pública, déficit habitacional). Os Planos Diretores elaborados no Brasil possuíam caráter mais teórico (ideológico) que prático. Abrigados em acuidades de arquiteturas, órgãos de planejamento urbano ou metropolitano dezenas de governos municipais, estaduais e federais, estes planos não passaram do discurso, não se constituíram em ações concretas do Estado. Dos enormes volumes com centenas de páginas, recheados de mapas, pesquisas e estatísticas elaborados por equipes multidisciplinares e abordando enorme leque de problemas, transformam-se em meros projetos de lei, às vezes contendo apenas declarações de princípios, políticas ou diretrizes gerais, às vezes até sem mapas, ou com poucos mapas (Pág. 199)

É preciso citar que, mesmo com toda a abrangência de melhorias que trazem, muitas vezes tanto o Plano Diretor como o Estatuto das Cidades tem a sua aplicação feita da maneira como se orienta e como se deveria. Também faz bem lembrar que esses dois documentos são baseados a partir de um traçado de metas, no entanto, questões de cunho político, como as partidárias, terminam por inviabilizar a permanência dos planos entre as gestões, sobretudo quando elas mudam de prefeito para prefeito.

O capitalismo também possui uma íntima ligação com o processo de urbanização nas cidades. Se antes, ele trouxe alguns problemas e prejuízos, adiante ele terminou por ser visto dentro desta discussão, como um elemento que trouxesse pontos positivos ao processo de crescimento das cidades. Podem-se destacar questões como qualidade de vida, salários, educação, moradia entre outros. Ambientalistas, por outro lado, reforças e sempre frisam uma questão bastante pertinente: a de que embora tenha responsabilidade neste avanço, o capitalismo também gera até hoje situações negativas, como a poluição ambiental, desigualdades sociais, criminalidade e edificação irregular, para ficar apenas em alguns pontos.

É exatamente aí que reside a razão das políticas públicas existentes: elas travam uma batalha na tentativa de contornar essa situação trazendo metas que possam ser executadas e seriamente seguidas, sendo benéficas para o povo na urbe bem como para a questão tão delicada debatida no capitalismo, de degradação ao meio ambiente, as desigualdades sociais, dentre outros direitos e garantias constitucionais.

3. METODOLOGIA

Foram dois os tipos de procedimento metodológico utilizado no presente artigo para que se pudesse alcançar um resultado que trouxesse discussões em um nível desejável.

Para que se buscassem subsídios teóricos fundamentais ao delinear da ideia de urbanização das cidades, fora utilizado o método de pesquisa bibliográfica, onde a partir dela, o artigo ganhou os contornos a que se propusera. Segundo Cervo (1996) a pesquisa bibliográfica é meio de formação por excelência. O autor acredita que, tendo ela sido feita com o objetivo de coletar informações e saberes prévios sobre um determinado tema ou assunto a qual esteja sendo explorado, é possível buscar respostas e meios sobre a hipótese que queira defender.

Outros autores como Lakatos e Marconi (1987) também colaboram com esta tese, afirmando que a pesquisa bibliográfica dá a possibilidade do acadêmico um contato mais fiel e mais próximo com o material que se queira escrever e pesquisar, podendo fazer a partir deste contato, uma criteriosa seleção e uma rigorosa análise de toda a biografia já publicada acerca daquele tema.

Junto a este método, também fora realizada uma pesquisa descritiva. De acordo com Gil (2008, Pág. 19) “as pesquisas descritivas possuem como objetivo a descrição das características de uma população, fenômeno ou de uma experiência”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo fora construído a partir do traçado histórico sobre o processo de aglomeração de pessoas, considerando os aspectos e os personagens de cada época e ainda os meios de exploração econômica da cada época como a cana-de-açúcar o café e a mineração, de modo que estes se constituíram ao passar do tempo como o fator que provocava o deslocamento da população do campo em busca da cidade, onde encontraria a oportunidade de emprego e de mais qualidade de vida.

Esse processo de debandada das famílias que ora se abrigavam nas zonas não urbanas em busca de atender a alta demanda por mão de obra que passava a se apresentar no País, seria mais tarde batizado de êxodo rural, que em suma significa a mudança do homem do campo para a cidade.

Cabe destacar que, conforme fora fornecido pela bibliografia ora apresentada, que o processo de mecanização do campo também teve a sua parcela de contribuição naquilo que se entende como o inchaço das grandes cidades, ou seja, o abrigar grande parte de pessoas que, até então, não se via por lá. Isso foi uma tônica muito mais forte a partir da década de 40, sobretudo na região suldeste do Brasil em decorrência do movimento de Revolução Industrial que nascia e entraria para o conceito histórico de exploração geográfica mais tarde.

O trabalho, ao explicar o conceito de urbanização, trouxe que este fenômeno foi provocado por uma união de outros fatores, como já dito acima, dando destaque para a Revolução Industrial, que desencadearia um outro processo: o capitalismo, e que, também, traria consequências severas, como a desigualdade social, responsável por gerar, dentro de uma discussão sociológica, problemas como preconceito, violência e falta de oportunidade.

Em suma, o artigo mostra que estes fenômenos estão intimamente ligados ao processo de urbanização das cidades, que cresceram tendo em vista a necessidade de mão-de-obra que surgia. Também, por outro lado, mostrou-se que o crescimento dos centros urbanos, criados onde antes existiam apenas vilarejos, despertou na política a necessidade de se criar e instituir documentos que norteassem e que garantissem um bom planejamento das cidades, para que estas não crescessem

num ritmo que trouxesse prejuízos. No entanto, nem sempre, o que preconiza importantes publicações como o Plano Diretor e o Estatuto das Cidades é de fato cumprido na prática.

Logo, temos como uma consideração geral que, a partir do que fornece as bases bibliográficas aqui oferecidas como meio para fundamentar a ideia debatida, o processo de urbanização, gerado a partir da tomada dos grandes centros, trouxe, sem sombra de dúvidas, uma melhor qualidade de vida para o povo de maneira geral. Isso pode ser considerado a partir de fatores variados como a garantia de salários, educação como um direito básico, saúde, moradia, entre outros. Mas por outro lado, este mesmo processo também gerou a criminalidade, a questão pujante da desigualdade social, o crescimento geográfico desenfreado nas zonas periféricas a partir de construções irregulares entre outros.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil; Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 05 de novembro de 2020

COULANGES, Fustel de. **A cidade Antiga**. São Paulo: Hemus, 1975, p. 116.

FERNANDES, Florestan (Org.) **Marx & Engels**. São Paulo: Ática, 1984.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2008.

GRAZIANO DA SILVA, Jose. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas, 1996.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas: **censo demográfico 1940** Disponível em: < <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=765&view=detalhes>> Acesso em: 05 de novembro de 2020

_____, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas: **censo demográfico 2010**. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010/inicial>> Acesso em: 04 de novembro de 2020

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1998

VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história da planejamento urbano no Brasil. In: **O Processo de Urbanização no Brasil**. São Paulo: Edusp. 2001.

SILVA, Edson Jacinto da. **Loteamento Urbano**. Leme: Mizuno, 2014, p. 21.

SILVA, Ricardo Toledo, **A regulação e o controle público da infraestrutura e dos serviços urbanos no Brasil**. São Paulo: Edusp. 2001.